

Anistia critica programa de FH

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA — Documento divulgado ontem pela Anistia Internacional faz críticas veementes ao Programa Nacional de Direitos Humanos lançado no ano passado pelo presidente Fernando Henrique. O documento afirma que o programa não tem metas bem definidas, que a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos precisa de recursos, pede que as violações cometidas por policiais militares sejam julgadas por tribunais civis e recomenda a adoção pelo governo federal de mecanismos de investigação e julgamento de crimes de direitos humanos quando os estaduais não concluírem as apurações.

Destaca, também, a necessidade de se implantar um programa de proteção a testemunhas. "Concordamos com as críticas feitas pela Anistia. O governo poderia ter feito muito mais", afirmou o deputado Pedro Wilson (PT-GO), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara. Pedro Wilson ressaltou que o governo só dará sinais claros de preocupação com a questão caso destine orçamento próprio para

Secretaria Nacional de Direitos Humanos:

Alerta — Divulgado durante a I Conferência Nacional de Direitos Humanos, realizada na Câmara, o documento da Anistia destaca ainda que a questão dos crimes de direitos humanos só ganharam o interesse da sociedade

brasileira depois das cenas de violência cometidas pela Polícia Militar de Diadema, em São Paulo. "Os espancamentos e tiros disparados por policiais militares em Diadema, São Paulo, dirigiram a atenção do público para as violações diárias que são cometidas pelas forças de segurança em todo

o Brasil bem como para o clima de impunidade que possibilita o florescimento das violações de direitos humanos", diz o documento.

Mas o documento não faz só críticas à política do governo na questão de direitos humanos. Em um curto parágrafo de sete linhas, a Anistia Internacional elogia a aprovação da lei de tipificação do crime de tortura e a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e de conselhos e comissões de direitos humanos nas assembleias legislativas e câmaras municipais. "A organização tem observado também uma série de iniciativas positivas em níveis estadual e municipal", diz o documento.

A I Conferência Nacional de Direitos Humanos termina hoje com as conclusões de 12 grupos de trabalho sobre temas como os direitos da mulher, reforma agrária, populações negras e indígenas e até segurança pública e sistema penitenciário. A Conferência contou com uma participação inusitada: formandos da Academia de Polícia Militar de Alagoas.

AS CRÍTICAS

■ **Falta de metas** — A Anistia Internacional afirma que o Programa precisa de metas bem definidas e de um calendário para sua implementação em níveis federal, estadual e municipal, com participação de todos os escalões dos governos, de ONGs e da sociedade

■ **Falta de recursos** — A Anistia insiste que o governo brasileiro garanta à Secretaria verbas e mandato institucional necessário para sua eficiência no monitoramento e fiscalização

■ **Mudança nas investigações** — Insiste para que todas as violações de direitos humanos sejam investigadas por autoridades sem implicação di-

reta. Investigações específicas devem ser reformuladas

■ **Desmilitarização em crimes de PMs** — Violações cometidas por PMs devem ser julgadas pelos tribunais civis

■ **Proteção às testemunhas** — Destaca a necessidade de um programa de proteção a testemunhas em nível federal

■ **Intervenção federal** — Adoção de mecanismos de investigação e julgamento de violações de direitos humanos nos casos em que tais procedimentos não tenham sido realizados de forma pronta e imparcial pelas autoridades estaduais